



02 DE FEVEREIRO 2009
 Segunda-feira

- **INDÚSTRIA DO PARANÁ TEME 1.ª RETRAÇÃO EM TRÊS ANOS**
 - ENTREVISTA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE DO SINDIMETAL/PR
- **DECISÕES DO TST PODEM DIFICULTAR ACORDOS ENTRE EMPRESAS E SINDICATOS**
- **ANALISTAS ESPERAM QUEDA DE ATÉ 10% NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL EM DEZEMBRO**
- **EXPECTATIVA DA INDÚSTRIA DESABA PARA MENOR NÍVEL DESDE 95**
- **APÓS O LIMITE À IMPORTAÇÃO, VIRÁ A AJUDA A EXPORTADORES**
- **FIXADO NOVO VALOR QUE PASSA A VIGORAR A PARTIR DE 1-2-2009**
- **NOVO SALÁRIO MÍNIMO BENEFICIA 42 MILHÕES DE BRASILEIROS**

| Câmbio | | |
|---------------|--------|-------|
| Em 30/01/2009 | | |
| | Compra | Venda |
| Dólar | 2,315 | 2,316 |
| Euro | 2,967 | 2,969 |

- **INDÚSTRIA DO PARANÁ TEME 1.ª RETRAÇÃO EM TRÊS ANOS**
 - ENTREVISTA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE DO SINDIMETAL/PR

01/02/2009 – Gazeta do Povo

No fim de 2007, a fabricante de implementos rodoviários Metalesp contratava trabalhadores e se organizava para dar conta de uma extensa lista de encomendas, suficiente para manter a produção em nível máximo por nove meses. Pouco mais de

um ano depois, seus diretores se desdobram para evitar a demissão de parte dos 150 funcionários da empresa. Afinal, de setembro para cá, a dificuldade dos clientes em obter crédito e a desaceleração econômica derrubaram em 40% a demanda pelos silos rodoviários e reboques porta-contêineres que a companhia produz em Rio Branco do Sul, na Grande Curitiba.

A persistência em manter o quadro de pessoal é, por enquanto, uma das poucas diferenças que separam a Metaesp da maioria de suas colegas da indústria metal-mecânica paranaense, formada por mais de 3 mil empresas. Quase todas começam o ano com estoques em alta, pedidos em baixa e a sombria perspectiva de reduzir o nível de produção em 2009, após dois anos de vigorosa expansão.

De acordo com uma sondagem feita em janeiro pelo **Sindimetal**, representante do segmento, neste primeiro bimestre as vendas devem ficar 35% abaixo do patamar de setembro, último mês "livre" de efeitos da crise internacional. A expectativa indica um resultado ainda pior que o visto no último trimestre – quando as vendas caíram 23% na comparação com o período "pré-crise" – e, se concretizada, será preciso crescer muito para compensar o baque. "Temos a expectativa de, no segundo semestre, retornar aos níveis de produção do início de 2007, quando não havia 'boom', mas, em compensação, tínhamos crescimento gradual e constante", diz **Roberto Karam, presidente do Sindimetal**.

Embora toda a indústria paranaense seja afetada de alguma forma pela crise, a situação do segmento metal-mecânico causa preocupação extra porque suas empresas, concentradas na produção de mercadorias de alto valor agregado – como veículos, autopeças, máquinas e equipamentos –, estão entre as principais responsáveis pela expansão industrial do estado na última década. Com a brusca mudança de cenário, as mesmas fábricas podem contribuir para a primeira retração da indústria em três anos.

Levantamento feito pela Gazeta do Povo a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que, no Paraná, a fabricação de carros, caminhões e seus diversos componentes cresceu 161% entre 1998 e 2008, considerando-se o acumulado de janeiro a novembro de cada ano. Apenas nos últimos dois anos, essa categoria avançou 68%, embalada pela pujança do mercado automotivo. Por sua vez, a produção de máquinas e equipamentos – eclética divisão que inclui, entre outros, colheitadeiras, tratores, máquinas industriais, refrigeradores e ventiladores – saltou 166% em dez anos. Nenhum outro segmento da indústria estadual, que registrou expansão média de 35% no período, avançou tanto.

Juntas, as indústrias de máquinas e veículos respondem por 18% da produção industrial paranaense, segundo os dados mais recentes do IBGE, de 2006. Embora tenham peso menor que os setores de alimentos e bebidas (22%) e refino de petróleo e álcool (21%), sua responsabilidade é tal que, na última vez em que ambas se retraíram, em 2006, nem o avanço da fabricação de combustíveis, bebidas e alimentos foi capaz de impedir a queda de produção da indústria geral.

"Junto com a agroindústria, os segmentos automotivo e de máquinas foram muito favorecidos pela dinâmica recente de crescimento da economia brasileira e internacional. E agora eles veem sinais claros de desaquecimento, ou mesmo de choque, como é o caso das montadoras", avalia o economista Marcio Cruz, professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Não bastassem todas as consequências da crise global, a indústria metal-mecânica ainda enfrenta um razoável obstáculo "local": a estiagem prolongada, que deve reduzir a produção de grãos do estado em pelo menos 30%. "No mesmo momento em que as perspectivas de safra começaram a declinar, as vendas de maquinário agrícola passaram a cair", aponta o economista Roberto Zürcher, da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep).

DECISÕES DO TST PODEM DIFICULTAR ACORDOS ENTRE EMPRESAS E SINDICATOS

02/02/2009 – Valor Econômico

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) tem determinado às empresas revisões constantes em acordos assinados com os trabalhadores e, agora, essas decisões podem significar um forte empecilho às negociações para manter os empregos em diversos setores da economia atingidos pela crise financeira internacional, como o automotivo, o siderúrgico e a metalúrgico.

Guilherme Lara Campos / Folha Imagem



TST tem questionado acordos como o aprovado na semana passada pelos metalúrgicos da Valeo Sistemas Automotivos, que flexibiliza jornada e salários

As decisões recentes do TST representam uma mudança em orientações tradicionais do tribunal e ocorreram a partir da nomeação pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva de oito ministros para a corte, em 2007. Os novos ministros possuem postura majoritariamente contrária à flexibilização dos direitos dos trabalhadores. Desde aquele ano, o TST passou a intervir em diversas negociações em torno da redução de salários e de jornada de trabalho e, na maioria das vezes, mantém os benefícios dados aos trabalhadores e retiram os ganhos que seriam obtidos pelas empresas nos acordos.

No setor de transportes, por exemplo, era comum acordos para liberar trabalhadores uma hora antes do término do serviço. Mas o TST passou a mandar as empresas pagarem hora a mais aos trabalhadores referente aos períodos de intervalo. Por causa da decisão, muitas empresas pararam de fazer acordos com os trabalhadores para liberá-los mais cedo por temer que sejam revistos pela Justiça.

Essa situação levou empresas e trabalhadores a recorrerem ao tribunal na busca de uma solução de consenso. Com isso, o assunto será analisado novamente pelo plenário do TST neste semestre. "Acho que o tribunal vai rever essa posição, pois não adianta irmos contra acordos fechados entre as partes", disse um ministro do TST ao Valor. "Em vez de compor, a Justiça acaba por prejudicar os acordos."

Outra mudança no entendimento do tribunal: pela jurisprudência anterior, os ministros concediam estabilidade no emprego aos trabalhadores que possuíam contratos por prazo indeterminado. Mas, de dois anos para cá, o TST foi além desse entendimento e passou a reconhecer a estabilidade também para funcionários com contratos de experiência. Nessas decisões, os ministros defenderam a tese de que, quando a empresa faz a contratação por prazo de experiência, ela teria de fato uma necessidade permanente, e não temporária, de mão-de-obra.

Baseados nessa suposição das necessidades das empresas, os ministros passaram a considerar que, se o trabalhador com contrato de experiência sofre algum acidente no serviço, ele tem a proteção da lei para ser atendido e receber eventuais indenizações. A alteração na jurisprudência encareceu as contratações, pois o recado que o tribunal

deu ao setor privado é o de que os trabalhadores com contratos por prazo fixo serão equiparados às condições de funcionários contratados com estabilidade. Isso levou as empresas a considerar um custo extra na hora de contratar.

As mudanças na jurisprudência do TST começaram a surgir após o presidente Lula consolidar indicações às seções do tribunal. Desde 2003, Lula indicou 15 de um total de 27 ministros. A Seção de Dissídios Coletivos conta hoje com seis ministros titulares, todos indicados por Lula, e a tendência tem sido negar a flexibilização de direitos dos trabalhadores nas negociações. Um dos oito ministros que assumiram em 2007, ano que marcou o início das alterações na corte, argumentou recentemente que a flexibilização tem a tendência a "exacerbar a exclusão social".

Na Seção de Dissídios Individuais I, houve menos renovação, mas a linha adotada na maior parte das decisões tem sido a de privilegiar os trabalhadores. Foi nessa seção que os Correios foram obrigados a fundamentar a demissão de seus empregados, numa inversão da jurisprudência anterior, que determinava que o servidor celetista de empresa pública poderia ser demitido sem justificativa. Também foi nela que o TST decidiu que servidores terceirizados de uma empresa de telefonia tinham direito a vínculo empregatício. São decisões que, agora, podem pesar na hora da contratação.

ANALISTAS ESPERAM QUEDA DE ATÉ 10% NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL EM DEZEMBRO

02/02/2009 – Valor Econômico

O acúmulo de estoques na indústria deve levar a produção industrial de dezembro medida pelo IBGE a uma nova baixa, após a queda de 5,2% registrada em novembro. Economistas estimam que o índice, a ser divulgado amanhã, deve apontar queda de 5% a 10% perante novembro. A explicação para esse comportamento está na paralisação da atividade pela necessidade de queimar os estoques gerados com a diminuição da demanda desde outubro.

Os agentes continuam olhando com incerteza para a duração desse ajuste dos estoques, mas não há muitas apostas em uma retomada de fôlego para a produção industrial quando o mercado absorver a produção acumulada. A avaliação é de que a demanda interna e as exportações declinantes tendem a sustentar uma atividade mais modesta. Desde a última reunião do Copom, o indicador oficial de atividade industrial passou a ter extrema importância, já que o colegiado mostrou um aumento da preocupação com a atividade combinada com relativa tranquilidade em relação à inflação.

Os economistas acreditam que dentre os números a serem analisados pelo colegiado nos dias 10 e 11 de março também terão destaque os dados da Sondagem Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgados na semana passada e que apontaram entre outubro e dezembro os piores dados trimestrais em dez anos, além dos números de produção industrial de janeiro, a produção automobilística de fevereiro e o PIB do quarto trimestre. A opinião majoritária é de que esse conjunto de dados deve legitimar um novo corte de 1 ponto percentual da taxa Selic ou, no mínimo, 0,75 ponto percentual de redução.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, estima queda de 5,1% da produção em relação a novembro e baixa de 9,8% na comparação com dezembro de 2007. Roberto Padovani, economista-chefe do WestLB, estima baixa de 9,8% no confronto com novembro e baixa de 11,7% em relação a dezembro de 2007. "Essa retração se deve ao esforço de queima de estoques", diz, lembrando que esse efeito exacerbou uma desaceleração natural da atividade por conta da crise. Para ele, embora o próximo passo do BC dependa dos dados a serem divulgados, uma variável importante virá do novo pacote de ajuda a bancos do governo americano. Na avaliação de Padovani, a decisão do Copom ficará entre um novo corte de um ponto e 0,75 ponto percentual, a depender da recuperação da atividade entre janeiro e fevereiro e do comportamento da inflação.

Elson Teles, economista-chefe da Concórdia também projeta tombo na produção de dezembro, de 9,5% no mês ante novembro, e de 11,5% sobre o mesmo mês de 2007. Com isso, a produção industrial terá baixa de "incríveis" 16,5% no acumulado dos últimos três meses de 2008. Contrações na produção de veículos, metalurgia, máquinas e equipamentos, produtos químicos e extrativa mineral devem comandar esse tombo, avalia Teles. Embora concorde que a sinalização do BC aponte para um novo corte de 1 ponto percentual, Teles ressalva que a autoridade monetária também vai monitorar as expectativas inflacionárias.

EXPECTATIVA DA INDÚSTRIA DESABA PARA MENOR NÍVEL DESDE 95

30/01/2009 – Estadão

Os resultados ruins da indústria provocados pela crise mundial derrubaram O Índice de Expectativas (IE) da indústria em janeiro para o pior nível da série histórica, iniciada em abril de 1995. De acordo com os dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o indicador caiu para 72,2 pontos em janeiro, de 73,3 pontos em dezembro de 2008, um recuo de 1,5%. Na comparação com janeiro de 2008, o tombo foi de 36,9%. Em dezembro, o índice havia registro recuo de 11,2% na base mensal e de 36,9% na comparação anual.

Para o coordenador da pesquisa, Aloísio Campelo, o que levou o indicador para "o fundo do poço" foi o recuo nas expectativas para o emprego nos próximos três meses e a avaliação dos industriais sobre a tendência dos negócios no período de seis meses. As previsões para o emprego para os próximos três meses caíram para 81,6 pontos, o pior resultado desde abril de 1999, quando o indicador estava em 81 pontos.

De acordo com o levantamento, 31,7% dos entrevistados preveem aumento do desemprego e apenas 13,3% acreditam em melhora nas contratações. Entre os segmentos que mais influenciaram a queda nas expectativas para o emprego, estão o setor químico e o de produtos alimentares. Já os setores que pesaram sobre as perspectivas de desemprego em dezembro, como metalurgia, mecânica e materiais de transporte, registraram na realidade recuperação em janeiro, destacou o coordenador da pesquisa.

"É um resultado desfavorável", avaliou Campelo. Entretanto, ele ressaltou que, em ciclos econômicos de recuperação, o emprego tende a reagir após a produção, que se recupera mais cedo. De acordo com a pesquisa divulgada hoje, o índice da produção prevista para os próximos três meses avançou de 90,9 pontos para 98,3 pontos entre dezembro e janeiro.

Os indicadores da FGV variam de 0 a 200 pontos e 100 pontos indicam estabilidade. Números abaixo deste patamar indicam pessimismo e acima disto, otimismo. Para o levantamento, foram entrevistadas 1.104 empresas entre os dias 5 e 26 de janeiro.

APÓS O LIMITE À IMPORTAÇÃO, VIRÁ A AJUDA A EXPORTADORES

02/02/2009 – Gazeta do Povo

O governo brasileiro deverá anunciar, até o fim de fevereiro, um conjunto de medidas para aliviar a situação dos exportadores e prepará-los para uma disputa mais acirrada por mercados. Os decretos que criam os benefícios estão sendo finalizados pelos técnicos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e da Receita Federal do Brasil.

Fontes do governo avaliam que essas iniciativas, somadas, não representam uma "revolução" no setor exportador, mas darão fôlego para um setor-chave da economia brasileira que enfrenta hoje um cenário adverso. A expectativa é que contribuam para melhorar o desempenho da balança comercial deste ano. Amanhã, o governo poderá anunciar o primeiro déficit comercial mensal desde março de 2001.

O anúncio virá na sequência de uma tentativa desastrosa do governo de impor uma espécie de barreira comercial por meio da cobrança de licenças prévias para uma série de itens da pauta

de importações. A restrição teve péssima repercussão dentro e fora do país e durou apenas 72 horas.

FIXADO NOVO VALOR QUE PASSA A VIGORAR A PARTIR DE 1-2-2009

02/02/2009 – COAD onlinr

Governo Federal, através da Medida Provisória 456, de 30-1-2009, publicada no Diário Oficial, Edição Extra, de 30-1-2009, fixou o valor do novo salário mínimo que passa a vigora a partir de 1-2-2009, com o valor de R\$ 465,00 mensais.

Veja a seguir a íntegra da Medida Provisória 456/2009:

“MEDIDA PROVISÓRIA No 456, DE 30 DE JANEIRO DE 2009

Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1o de fevereiro de 2009.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1o A partir de 1o de fevereiro de 2009, o salário mínimo será de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no caput, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 15,50 (quinze reais e cinqüenta centavos) e o valor horário, a R\$ 2,11 (dois reais e onze centavos).

Art. 2o Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3o Fica revogada, a partir de 1o de fevereiro de 2009, a Lei no 11.709, de 19 de junho de 2008.

Brasília, 30 de janeiro de 2009; 188o da Independência e 121o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Guido Mantega

Carlos Lupi

Paulo Bernardo Silva

José Pimentel”

NOVO SALÁRIO MÍNIMO BENEFICIA 42 MILHÕES DE BRASILEIROS

02/02/2009 – COAD online

Reajuste para R\$ 465 injetará R\$ 23,1 bilhões no mercado interno em 2009 e vai estimular a geração de empregos, afirma ministro Carlos Lupi

Rio de Janeiro, 30/01/2009 - O novo salário mínimo de R\$ 465 que passa a vigorar a partir do 1º de fevereiro vai beneficiar direta e indiretamente 42 milhões de brasileiros, entre trabalhadores formais e informais (cerca de 25 milhões) e pensionistas (aproximadamente 17,8 milhões). Segundo o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, que anunciou o reajuste nesta sexta-feira (30), a medida vai injetar R\$ 23,1 bilhões no mercado interno durante o ano de 2009, mantendo a geração de empregos forte mesmo diante da crise financeira internacional.

"Serão R\$ 50 a mais, todos os meses, para o consumo da base da pirâmide social, estimulando a produção e os empregos", disse Lupi. "A geração de emprego em janeiro e fevereiro deve permanecer um pouco abaixo da média, mas com essa e outras medidas que o Governo vai anunciar em breve, o emprego volta a crescer em março, com força", analisou.

O Diário Oficial da União publica ainda nesta sexta-feira (30), em edição extra, a medida provisória assinada pelo presidente Lula autorizando o aumento de R\$ 50 sobre o valor de R\$ 415, em vigor atualmente. O reajuste nominal de 12,05% garante ao trabalhador um aumento real de 6,39%. Desde o início do Governo Lula, em 2003, o reajuste do salário mínimo chega a 72%, com aumento real acumulado de 46,05%.

"O cálculo do reajuste leva em conta a inflação e o aumento do Produto Interno Bruto. É um mecanismo inteligente que garante que o trabalhador também seja beneficiado com o crescimento da economia", avaliou o ministro.

Lupi afirmou que os valores do abono salarial e do seguro-desemprego também serão reajustados a partir de primeiro de fevereiro. Com o aumento, os dois benefícios vão fazer circular um total de R\$ 24,3 bilhões na economia em 2009.

Seguro emprego - Após o anúncio do novo salário mínimo, Lupi adiantou aos jornalistas que sua equipe está concluindo a proposta de criação de novo mecanismo contra a crise - um incentivo para que as empresas evitem demissões.

"O seguro-desemprego tem um impacto muito positivo para a economia, mas queremos avançar ainda mais, criando um mecanismo de prevenção, que consiga evitar a demissão. Uma espécie de seguro-emprego", explicou, ressaltando que o projeto ainda não foi apresentado à Presidência da República. Lupi também garantiu que o novo mecanismo não tem como objetivo substituir o seguro-desemprego.

O ministro afirmou ainda que também está negociando com o Fundo de Amparo ao Trabalhador e o Banco do Brasil medidas para ajudar as revendedoras de carros usados, que tiveram suas vendas prejudicadas com a redução dos Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os carros zero quilômetro. Entre as propostas estão novas linhas de crédito e redução de juros para o financiamento de veículos, além de capital de giro para as empresas.

Assessoria de Imprensa do MTE
(61) 3317 - 6537/2430 - acs@mte.gov.br